

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM SAÚDE

MÁRCIA CHAVES MOREIRA

**EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: REVISÃO SISTEMÁTICA DA
LITERATURA CIENTÍFICA**

PORTO ALEGRE

2010

Márcia Chaves Moreira

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: REVISÃO SISTEMÁTICA DA
LITERATURA CIENTÍFICA

Monografia apresentada ao Curso de Pós-graduação em Práticas Pedagógicas em Serviços de Saúde, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito à obtenção do título de especialista.

Orientadora: Lisiane Bôer Possa

PORTO ALEGRE

2010

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu marido e meus filhos pela paciência e compreensão nos momentos em que não pude estar presente. Pelo apoio que me deram.

Aos meus pais pela vida, em primeiro lugar, incentivos e encorajamento continuamente dedicados.

À minha amiga Shana pela sua amizade, parceria e por ter me convencido de que poderia concluir o trabalho.

À minha orientadora, por ser tão esclarecedora, encorajadora e ter tornado os momentos de orientação em espaços prazerosos de aprendizado, despertando o desejo - há algum tempo adormecido - de seguir neste caminho.

RESUMO

O presente trabalho aborda o tema da educação permanente em saúde, pauta constante na agenda dos serviços e gestores do setor. As transformações trazidas com a criação do Sistema Único de Saúde impõe a busca de alternativas que caminhem na direção do seu fortalecimento e efetivação de suas propostas. O conceito ampliado de saúde – como qualidade de vida, capacidade e autonomia para viver, experiência subjetiva, intimamente relacionada aos determinantes sociais - implica novas práticas de intervenção em saúde e, portanto, a formação de profissionais capazes de aprofundarem cada vez mais tais mudanças. Tendo como premissa que o ser humano está em incessante processo de aprendizagem e sendo o cotidiano de intervenção espaço privilegiado para a aquisição de habilidades e reflexão, a proposta de educação permanente vem ao encontro de tal condição à medida que acena novas possibilidades, que ultrapassam a aquisição de conhecimentos. Dentre as várias modalidades de formação/qualificação dos profissionais de saúde, destaca-se pelo componente da problematização do próprio processo de trabalho a partir das vivências cotidianas e pelo seu potencial para a modificação dos espaços sócio-ocupacionais através da dialética transformação dos sujeitos e suas práticas via interlocução de saberes, desenvolvimento do trabalho coletivo, oportunizando um movimento instituinte de novas relações e formas de fazer no interior das equipes. Nesta perspectiva, no ano de 2003, o Ministério da Saúde, através do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DEGES), propõe uma política de formação em educação permanente para o SUS. Uma inovação no setor. Percebendo a importância das práticas de educação permanente em saúde nos serviços, torna-se relevante a realização de estudos sobre o assunto. Assim sendo, o presente trabalho propõe-se a realizar uma revisão sistemática da literatura científica brasileira sobre a educação permanente em saúde. Tem como objetivos: listar a produção teórica sobre Educação Permanente em Saúde; descrever as temáticas dos trabalhos sobre Educação Permanente em Saúde; identificar as produções que abordam experiências de Educação Permanente; Identificar os períodos de concentração das publicações; listar os principais veículos

de publicação da literatura sobre Educação Permanente em Saúde. O estudo caracteriza-se como uma pesquisa quanti-qualitativa de revisão sistemática da literatura. O caminho metodológico constituiu-se na definição das bases de dados e posterior busca nas fontes eleitas, Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) e Scientific Eletronic Library Online (Scielo), através dos descritores: educação permanente saúde, educação em saúde, educação profissional em saúde pública e educação continuada. O material foi quantificado visando um panorama da produção teórica sobre o assunto, posteriormente categorizado de forma a responder os objetivos deste trabalho. Para análise dos dados optou-se pelo método da análise de conteúdo. Resultados: mostram que ainda há pouca produção sobre Educação Permanente em Saúde no âmbito dos descritores eleitos; que a maioria das produções tem como temas necessidades e demandas por processos formativos em educação permanente em saúde, descrição de dispositivos de educação permanente em saúde e implementação da política; a maioria das produções concentram-se no período compreendido entre os anos 2005 e 2009 e as publicações encontram-se diluídas em 27 veículos de informação; cerca de 20% das produções relatam experiências de educação permanente em saúde; também indicam sua presença em todos os níveis de atenção do SUS (hospitais, serviços especializados, serviços de urgência, atenção básica).

Palavras chave: Educação permanente. Educação em saúde. Educação profissional em saúde pública. Educação continuada.

LISTA DE SIGLAS

BVS	- Biblioteca Virtual em Saúde
EP	- Educação Permanente
EPS	- Educação Permanente em Saúde
LILACS	- Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
OPAS	- Organização Panamericana de Saúde
SCIELO	- Scientific Eletronic Library Online
SUS	- Sistema Único de Saúde
UFRGS	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1: Resultado da busca por produções teóricas listadas na base de dados Lilacs pelos descritores Educação em Saúde, Educação Continuada e Educação Profissional em Saúde Pública e resultado do refinamento de busca por produções contendo as palavras “educação” e “permanente” dentro dos referidos descritores. 24
- Tabela 2: Resultados obtidos na primeira busca pelas palavras educação e permanente dentro dos descritores na base Lilacs e resultados de produções sobre educação permanente em saúde identificados (por descritor). 25
- Tabela 3: Total resultante da busca de produções pelas palavras-chave: “educação”, “permanente” e “saúde” na base de dados Scielo e resultado de produções sobre o tema EPS identificadas. 26
- Tabela 4: Resultado da busca por produções teóricas listadas na base de dados Lilacs dentro dos descritores Educação em Saúde, Educação Continuada e Educação Profissional em Saúde Pública e resultado das produções sobre Educação Permanente em Saúde (por descritor) obtidas após leitura dos resumos. 27
- Tabela 5: Resultado da busca por produções listadas na base de dados Scielo através das palavras-chave educação em saúde e resultado da produção sobre educação permanente em saúde obtido após leitura dos resumos. 28
- Tabela 6: Produções sobre EPS na base Lilacs, dentro dos descritores: educação em saúde, educação continuada e educação profissional em saúde pública e produções válidas para a fase de categorização. 29

Tabela 7:	Produções sobre EPS na base Scielo e produções válidas para a fase de categorização.	30
Tabela 8:	Categorias Temáticas	30
Tabela 9:	Produções sobre educação permanente em saúde e produções que abordam experiências de educação permanente.	32
Tabela 10:	Veículos de publicação das produções sobre Educação Permanente em Saúde e número de trabalhos encontrados.	33
Tabela 11:	Distribuição da produção sobre EPS ao longo do tempo.	36

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 APRESENTAÇÃO DO ESTUDO.....	13
2.1 TEMA.....	13
2.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	13
2.3 PROBLEMA DE PESQUISA.....	13
2.4 OBJETIVO GERAL.....	14
2.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
2.6 METODOLOGIA.....	15
2.6.1 Tipo de Pesquisa.....	15
2.6.2 Universo e Amostra.....	15
2.6.3 Procedimentos de Coleta dos Dados.....	15
2.6.4 Tratamento dos Dados.....	16
2.6.5 Descrição do Percurso Metodológico.....	17
3 EDUCAÇÃO PERMANENTE: ORIGEM E TRAJETÓRIA.....	18
3.1 EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NO BRASIL: A RESSIGNIFICAÇÃO DE UM CONCEITO.....	20
3.1.1 Proposta da Educação Permanente em Saúde para o SUS.....	21
4 A PRODUÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NO BRASIL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE... ..	24

4.1 A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NO UNIVERSO DAS PRODUÇÕES EM EDUCAÇÃO EM SAÚDE, EDUCAÇÃO CONTINUADA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE PÚBLICA.....	27
4. 2 OS TEMAS ABORDADOS EM EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE.....	30
4.3 OS VEÍCULOS DE PUBLICAÇÃO.....	33
4.4 A PRODUÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE AO LONGO DO TEMPO.....	35
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38

1 INTRODUÇÃO

Por que estudar as experiências de educação permanente em saúde? A experimentação de gerenciar uma unidade de atenção primária à saúde suscita a reflexão acerca das possibilidades, dos jeitos de se promover maior autonomia, responsabilização e realização dos trabalhadores, vivências de relações mais horizontais, trocas, reconhecimento da interdependência e respeito entre os diferentes saberes, enfim, o trabalho em equipe no seu sentido mais genuíno. Acredita-se que estes elementos são capazes de produzir atos de saúde que resultem em melhorias na atenção e venham ao encontro da satisfação das necessidades da população.

Para se atingir tal situação, são necessárias mudanças que, em geral, são difíceis, tendo em vista culturas, concepções, formas de se relacionar, de conduzir e realizar o processo de trabalho muito arraigadas e fortemente relacionadas ao um modelo de formação centrado na doença, no paradigma biomédico, com forte hierarquia de saberes e na divisão sócio-técnica do trabalho. A presença de rigidez nos papéis e funções, de submissão de saberes, ainda que implícita, gera falta de motivação, apatia e sofrimento no trabalho, o que obviamente obstaculiza a construção de atos de saúde mais criativos. Que dirá trocas e construções interdisciplinares, tão importantes tendo em vista a impossibilidade de um campo de conhecimento ou saber responder às demandas em saúde.

Diante da dificuldade de encontrar saídas para efetivar mudanças frente a estes processos, há o risco de boicotes, entendidos enquanto manifestação de resistência. Entretanto, não produzem transformação e, sim, estagnação. A existência de espaços coletivos para discussão e tomada de decisão não garante, por si só, que haja abertura – sem constrangimentos - para que todos se expressem e realizem construções coletivas. Ou seja, para uma verdadeira democracia é preciso mais! Subjacente a esta cultura encontra-se a supervalorização do conhecimento biomédico, a concepção limitada de saúde enquanto ausência de doença, bem como de modelo de atenção centrado no campo biomédico.

Faz-se premente que se ergam movimentos capazes de problematizar o que parece dado e normal, de promover a alteridade, novas formas de se relacionar e construir propostas de intervenção capazes de responder às necessidades da população, sob pena de caminhar na contramão da implementação do SUS. A implantação do Sistema Único de Saúde representou importante avanço nas lutas pela reforma sanitária. Para seguir neste caminho impõe-se a busca por alternativas que caminhem na direção do seu fortalecimento e efetivação de suas propostas.

O conceito ampliado de saúde – como qualidade de vida, capacidade e autonomia para viver, experiência subjetiva, intimamente relacionada aos determinantes sociais - implica novas práticas de intervenção em saúde e, portanto, a formação de profissionais capazes de aprofundarem cada vez mais tais mudanças. Tendo como premissa que o ser humano está em incessante processo de aprendizagem e sendo o cotidiano de intervenção espaço privilegiado para a aquisição de habilidades e reflexão, a proposta de educação permanente vem ao encontro de tal condição à medida que acena novas possibilidades, que ultrapassam a aquisição de conhecimentos.

Dentre as várias modalidades de formação/qualificação dos profissionais de saúde, a educação permanente destaca-se pelo componente da problematização do próprio processo de trabalho a partir das vivências cotidianas e pelo seu potencial para a modificação dos espaços sócio-ocupacionais através da dialética transformação dos sujeitos e suas práticas via interlocução de saberes, desenvolvimento do trabalho coletivo, oportunizando um movimento instituinte de novas relações e formas de fazer no interior das equipes. Nesta perspectiva, no ano de 2003, o Ministério da Saúde, através do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DEGES), propõe uma política de formação em educação permanente para o SUS. Uma inovação no setor.

Percebendo a importância das práticas de educação permanente em saúde nos serviços, torna-se relevante a realização de estudos sobre o assunto. Para tanto, optou-se por realizar um estudo de revisão sistemática da literatura, no intuito de visualizar experiências - para que, a partir delas, outras venham a ser construídas - elucidar o conceito e ter a dimensão do quanto e assunto vem sendo abordado, estudado e publicado, podendo também servir de base para outros estudos.

2 APRESENTAÇÃO DO ESTUDO

2.1 TEMA

Educação permanente em saúde.

2.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Estudo de revisão sistemática da literatura científica sobre educação permanente em saúde no Brasil.

2.3 PROBLEMA DE PESQUISA

Qual é o estado atual da produção científica sobre educação permanente em saúde no Brasil disponível nas principais fontes de informação em saúde?

2.4 OBJETIVO GERAL

Descrever a produção científica sobre educação permanente em saúde desenvolvida no país.

2.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar a produção teórica em educação permanente em saúde no Brasil
- b) Localizar a produção sobre Educação Permanente em Saúde no contexto da Educação em Saúde e Educação Continuada.
- c) Descrever as temáticas dos trabalhos sobre Educação Permanente em Saúde;
- d) Identificar as produções que abordam experiências de Educação Permanente;
- e) Identificar os períodos de concentração das publicações;
- f) Listar os principais veículos de publicação da literatura sobre Educação Permanente em Saúde

2.6 METODOLOGIA

2.6.1 Tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa de revisão sistemática da literatura científica.

2.6.2 Universo e amostra

O universo pesquisado foram estudos indexados nas bases de dados Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) e Scientific Electronic Library Online (Scielo).

2.6.3 Procedimentos para coleta de dados

a) Definição das bases de dados;

- b) Definição dos descritores: eleição dos descritores “educação continuada”, “educação em saúde” e “educação profissional em saúde pública”. Na base Scielo a busca foi efetivada pelas palavras-chave: “educação permanente saúde”.
- c) Busca no banco de informações bibliográficas “Biblioteca Virtual em Saúde” (BIREME), nas bases de dados: Lilacs e Scielo;
- d) Estratégia de busca: dentro dos referidos descritores, refinamento da pesquisa através das palavras “educação” e “permanente” na base Lilacs.

2.6.4 Tratamento e Análise dos Dados

- a) Tratamento quantitativo: quantificação do total de referências nas bases de dados sob os descritores eleitos, das publicações encontradas sobre educação permanente em saúde, das publicações abordando relatos de experiência.
- b) Tratamento qualitativo: leitura analítica dos resumos; análise dos resultados; categorização indutiva.

2.6.5 Descrição do Percurso metodológico

O percurso metodológico consistiu em, inicialmente, realizar a definição das bases de dados onde foram feitas as buscas das publicações. Elegeu-se as bases: BVS, Scielo e LILACS por agregarem produções científicas do campo das ciências em saúde. Em seguida, procedeu-se à seleção dos descritores a serem utilizados no processo de revisão. Utilizou-se a ferramenta descritores de assunto em ciências da saúde (DECS) no banco de informação Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

A consulta revelou a inexistência do descritor educação permanente e/ou educação permanente em saúde, logo, foram utilizados os seguintes descritores disponíveis e que se relacionam com o tema proposto: educação continuada, educação em saúde e educação profissional em saúde pública. Diante da inexistência do assunto enquanto descritor e a fim de obter o máximo de artigos relacionados ao tema educação permanente em saúde, adotou-se como estratégia de busca, dentro dos descritores disponíveis, a combinação das palavras “educação” e “permanente”, através do operador lógico “and”. Destaca-se que a base de dados Scielo apresenta, em sua ferramenta de busca, a possibilidade de procura diretamente por palavras-chave. Logo, na referida base, a busca se deu através do método “integrada”, pelas palavras-chave: “educação permanente saúde” e delimitada pelo local: Brasil.

Procedeu-se, então, a um levantamento das publicações nacionais nas referidas bases de dados, que ocorreu no mês de junho de 2010. De posse do material, foram realizadas diversas leituras dos resumos a fim de selecionar os que tratam do assunto pesquisado. Foram excluídas as produções que apenas continham as palavras educação permanente, sem abordar o assunto, bem como as que se discutiam o tema em outros países.

3 EDUCAÇÃO PERMANENTE: ORIGEM E TRAJETÓRIA

No caminho da busca pela origem e desenvolvimento do conceito educação permanente, entre outros elementos, encontram-se críticas ao conceito, atribuindo-lhe a finalidade de agilizar os processos de qualificação dos trabalhadores para servir ao rendimento do capital, enquanto um mecanismo criado pelo capitalismo e à serviço do mesmo. Considerando que a motivação para o estudo deste tema partiu da concepção – pressuposto - que a educação permanente é uma prática libertadora e transformadora, deparar-se com tais afirmações desperta desconforto, fazendo-se necessário, então, recorrer à história deste conceito para melhor compreendê-lo na atualidade.

A educação permanente tem suas origens no campo da pedagogia, primeira área a tratar do assunto. Smaha e Carloto (2010, s/p), ao buscarem a trajetória e as concepções sobre o assunto, recorreram aos autores Pierre Furter, na França, e Moacir Gadotti, no Brasil. Este, fazendo uma leitura a partir da condição humana, “evidencia que a educação permanente possibilita reler constantemente a realidade, na qual somos sempre aprendizes” (SMAHA E CARLOTO, 2010, s/p).

Conforme as autoras, o teórico brasileiro, em sua tese de doutorado, faz um resgate da origem do termo e de seu desenvolvimento em diferentes sociedades do mundo, trazendo que não é algo novo e que a idéia ou preocupação de estar sempre aprendendo já vinha sendo pautada em sociedades anteriores a Cristo, concluindo que a “educação permanente é uma expressão recente de uma preocupação antiga” (SMAHA E CARLOTTO, 2010, s/n).

Resgatando a trajetória da educação permanente, identificam historicamente a presença da idéia em vários momentos e documentos franceses - desde a Revolução de 1789 na França – chegando ao século XX onde a localizam na política educacional da UNESCO, enquanto sugestão para substituição do sistema educacional vigente, diante das manifestações estudantis no contexto repressão instituída pelo AI-5 no Brasil .

De Furter, referem que o mesmo traz três definições de educação permanente: a primeira enquanto um processo contínuo individual, sem organização ou planejamento central, de iniciativa individual; a segunda como um princípio de organização, sendo coletivas, algumas vezes conduzidas por professores e planejada por planejadores da educação; a terceira a vê como estratégia para orientar uma política para a formação de recursos humanos para seu desenvolvimento cultural, utilizando instituições já envolvidas, orientadas por pessoas interessadas e promovidas por planejadores no âmbito de planejamento regional (SMAHA E CARLOTO, 2010, s/p).

Destacam que esta terceira é a que mais se assemelha a proposta da política adotada no Brasil (SMAHA E CARLOTO, 2010, s/p). Entretanto, ressaltam que as funções que este autor atribui à educação permanente colocam-na em uma perspectiva ideologizada, visando o desenvolvimento da área econômica (SMAHA E CARLOTO, 2010, s/p). Contudo, ressaltam que há de se considerar o contexto histórico sob o qual ela é proposta nos diferentes países.

As autoras do artigo reconhecem que esta proposta pode ser ideologizada com vistas ao desenvolvimento econômico através da qualificação dos trabalhadores, como concluiu Gadotti se referindo à área da educação, mas, por outro lado, afirmam o seu potencial para a qualificação e formação de sujeitos para atender às necessidades de saúde da população. E é nesta perspectiva entendem a adoção desta proposta pelo setor saúde, na direção de satisfação das necessidades sociais que demandam a qualificação de trabalhadores para o setor.

3.1 EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NO BRASIL: A RESSIGNIFICAÇÃO DE UM CONCEITO

Na década de 70, a Organização Panamericana de Saúde (OPAS) iniciou estudos sobre a formação dos trabalhadores do setor, partindo da percepção de que os profissionais precisavam de atualização e capacitação diante da evolução científico-tecnológica e das necessidades sociais. A iniciativa foi influenciada pelo paradigma da economia na saúde proposto pelo Banco Mundial (Análise da Política de Educação Permanente de Saúde: um estudo exploratório de projetos aprovados pelo Ministério da Saúde – Relatório Final, 2006).

Ainda que não fazendo um questionamento sobre o avanço das políticas neoliberais no setor, trouxe o conceito de Educação Permanente, o qual desenvolveu-se gradualmente na América Latina, transformou-se, e hoje é uma estratégia para transformar as práticas em saúde, articulando ensino, atenção, gestão e controle social. “Segundo a proposta de Educação Permanente do Pessoal de Saúde, reconhecia que somente a aprendizagem significativa seria capaz da adesão dos trabalhadores aos processos de mudança no cotidiano” (CECCIM, 2005, p.982).

A preocupação com os recursos humanos já havia aparecido na OPAS em 1958, sendo proposta a readequação da formação de recursos humanos na Primeira Conferência Panamericana sobre planejamento de RH em saúde (LOPES ET AL, 2007, p.149). Desde as primeiras conferências de saúde, a questão da formação aparece como alvo de preocupações. Entretanto, só constou em documento como proposta na IX Conferência.

Em 1988, na VIII Conferência, surge a proposta de realização de conferência Nacional de Recursos Humanos na Saúde, fonte de várias propostas posteriormente incorporadas na Constituição Federal de 1988. A responsabilização do Sistema Único de Saúde pela formação de recursos humanos, prevista no artigo 200 (CF, 1988) foi proposta na referida conferência.

Apenas em 2003, através da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES) a formação de recursos humanos para a saúde ganha um direcionamento político, com a instituição da NOB/RH para o SUS em reunião do Conselho Nacional de Saúde (Resolução CNS 330/2003). Abriu-se, então, caminho para a criação da Política Nacional de Formação e Desenvolvimento para o SUS: Caminhos para a Educação Permanente em Saúde e seus dispositivos: os Pólos ou Rodas de Educação Permanente em Saúde, da SGTES. A portaria 198/GM, de 13 de fevereiro de 2004, instituiu a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, com status de estratégia para formação e desenvolvimento de trabalhadores para a saúde.

No ano de 2006, o controle social também conquista um importante passo com a instituição da Política Nacional de Educação Permanente para o controle Social no SUS, visando desenvolvimento dos sujeitos inseridos nas instâncias de controle social da saúde. Em 2007, a PNEPS sofre alterações através da Portaria 1996 do MS, alinhando-se às diretrizes do Pacto pela Saúde, avançando na estratégia de descentralização e regionalização (Portal Saúde). Entre as mudanças está a nomenclatura dos pólos, que passaram a se chamar Comissão Permanente de Integração de Ensino-Serviço (CIES).

3.1.1 A Proposta da Educação Permanente em Saúde para o SUS

A Política Nacional de Educação Permanente propõe esta modalidade de formação visando transformação dos modos de trabalhar na saúde em relação ao ensino, à gestão, à atenção e ao controle social. O anexo II da portaria que instituiu a política, explicita seu entendimento de educação permanente: “a educação permanente é aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam no cotidiano das organizações e ao trabalho” (Portaria 198/GM, 13/02/2004).

Explicita que as atividades de formação tenham como referência as necessidades da população, da gestão e do controle social. Ou seja, as necessidades do setor são o eixo principal para o desenvolvimento de atividades de formação, novidade considerando que tradicionalmente as atividades de qualificação se dão através de capacitações por categorias profissionais, sem, necessariamente, haver um compromisso de incidir nas necessidades do trabalho. Ainda, prevê a transformação das práticas e das organizações, através da problematização dos processos de trabalho (Portaria 198/GM, 13/02/2004, anexo II).

A Educação Permanente baseia-se no ensino problematizador e na aprendizagem significativa, onde os problemas presentes na realidade do dia a dia na saúde são o objeto de discussão, análise, reflexão e para os quais se buscam soluções, mudanças, respostas e produção de conhecimentos. Este processo leva em consideração as experiências, as vivências e os conhecimentos anteriores para a construção de novos conhecimentos. A educação permanente em saúde expressa uma opção político-pedagógica, não apenas didático-pedagógica (CECCIM e FERLA, 2009).

À medida que propõe a articulação gestão, formação, atenção e controle social, que indica que os processos sejam ascendentes, em equipe, envolvendo vários saberes, implicando todos os atores presentes neste espaço (não apenas os profissionais com curso universitário), constitui-se em possibilidade de construir relações mais horizontais e democráticas, qualificando a assistência em saúde. “Para a educação permanente em saúde não existe a educação de um ser que sabe para um ser que não sabe, o que existe, como em qualquer educação crítica e transformadora, é a troca e o intercâmbio, mas deve ocorrer também o estranhamento de saberes e a desacomodação com os saberes e as práticas que estejam vigentes em cada lugar” (CECCIM e FERLA, 2009).

A política também atende a diretriz da descentralização ao normatizar que a condução será realizada por instâncias interinstitucionais e locorregionais - os pólos - através do colegiado de gestão que cada um deve ter, podendo contar com um conselho gestor. A composição prevê a participação de gestores, instituições de ensino com cursos na área da saúde, escolas técnicas, núcleos de saúde coletiva, trabalhadores, estudantes, conselhos, movimentos sociais, hospitais de ensino e

serviços de saúde. A partir daí foram instituídos, através das regionais de saúde, os Pólos Regionais de EP, efetivando a descentralização.

4 A PRODUÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NO BRASIL

A fim de obter um panorama acerca da produção sobre Educação Permanente em Saúde no disponível na literatura científica nas principais bases de dados em ciências da saúde, realizou-se um detalhado processo de busca. Iniciou-se a partir de dados gerais até atingir números mais específicos. As tabelas que seguem mostram os resultados obtidos na primeira etapa de busca por produções sobre Educação Permanente em Saúde.

Tabela 1: resultado da busca por produções teóricas listadas na base de dados Lilacs pelos descritores Educação em Saúde, Educação Continuada e Educação Profissional em Saúde Pública e resultado do refinamento de busca por produções contendo as palavras “educação” e “permanente” dentro dos referidos descritores.

Fonte	Educação em Saúde		Educação Continuada		Educação Profissional em Saúde Pública	
	Total de produções	Contendo as palavras “educação” e “permanente”	Total de produções encontradas	Contendo as palavras “educação” e “permanente”	Total de produções encontradas	Contendo as palavras “educação” e “permanente”
Lilacs	4.240	119	549	127	39	03

Fonte: Lilacs.

Esta primeira etapa consistiu em buscar uma aproximação aos estudos sobre educação permanente em saúde no universo de referências dos descritores eleitos. Fornece uma primeira idéia sobre o “status” da produção sobre o tema em estudo no contexto de trabalhos sobre educação em saúde, educação continuada e educação profissional em saúde pública.

No descritor educação em saúde, estão listadas 4.240 referências. Após o refinamento da pesquisa, utilizando as palavras educação e permanente, obtém-se 119 referências. Pelo descritor educação continuada, são encontradas 549.

Refinando com as palavras educação e permanente na busca por palavras, obtém-se 127. Pelo descritor educação profissional em saúde pública, obtém-se 39 referências. Após o refinamento por palavras, resultaram 3. Constata-se que 2,8% das produções agregadas pelo descritor Educação em Saúde tem as palavras educação permanente no seu conteúdo. Já dentro do descritor Educação continuada a proporção é de 23,13% e, no descritor Educação Profissional em Saúde Pública, o percentual é de 7,69%.

Convém destacar que estes dados são brutos, pois se referem aos resultados eletronicamente gerados após o uso da ferramenta de busca por palavras. Este tipo de busca seleciona os trabalhos que contenham as referidas palavras no seu título e/ou resumo. Desta forma, os resultados não são, necessariamente, produções que tratem do tema educação permanente em saúde, podendo apenas conter as palavras. Logo, para se conhecer este dado faz-se necessária a leitura dos resumos.

A tabela que segue apresenta os resultados da primeira busca por trabalhos contendo as palavras educação e permanente nos 03 descritores eleitos, na base Lilacs, e os resultados da identificação de produções sobre educação permanente em saúde. Os mesmos foram obtidos após a leitura dos resumos das produções listadas na primeira busca.

Tabela 2: Resultados obtidos na primeira busca pelas palavras educação e permanente dentro dos descritores na base Lilacs e resultados de produções sobre educação permanente em saúde identificados (por descritor).

Fonte	Educação em Saúde		Educação Continuada		Educação Profissional em Saúde Pública	
	Resultados da primeira busca	Produções sobre EPS	Resultados da primeira busca	Produções sobre EPS	Resultados da primeira busca	Produções sobre EPS
Lilacs	119	47	127	26	03	03

Fonte: Lilacs.

Das 119 ocorrências no descritor Educação em Saúde, chegou-se ao número 47 produções sobre educação permanente em saúde. No descritor Educação Continuada, 26 tratam do tema dentre as 127 encontradas inicialmente. No descritor educação profissional em Saúde Pública todos os trabalhos tem a EPS como foco.

Chegou-se nesses números através da exclusão de trabalhos que, embora apresentando as palavras educação e permanente – casadas ou separadas – o foco da discussão não residia no tema EPS. Ainda, quanto às exclusões, também se deram junto a trabalhos que não se referiam à EPS no Brasil, bem como títulos repetidos no mesmo descritor.

A tabela que segue refere-se ao resultado da busca de produções sobre Educação Permanente em Saúde na base Scielo e ao resultado obtido após a leitura dos resumos daquele total encontrado.

Tabela 3: total resultante da busca de produções pelas palavras-chave: “educação”, “permanente” e “saúde” na base de dados Scielo e resultado de produções sobre o tema EPS identificadas.

Fonte	Produções encontradas	Produções utilizadas
Scielo	65	48

Fonte: Scielo.

É importante registrar que a página da base de dados Scielo apresenta uma ferramenta de busca direta por palavras-chave, com alternativas de refinamento por método e região. Para este estudo, utilizou-se o “método integrada”, “região Brasil”, pelas palavras-chave: “educação permanente saúde”. Da mesma forma como ocorreu no processo de busca junto a base Lilacs, também identificou-se a necessidade de recorrer à leitura dos resumos para conhecer as produções que realmente tratam de EPS.

Na referida base de dados obtém-se o número de 65 trabalhos, dos quais 17 foram excluídos por não terem a educação permanente em saúde como foco, restando 48. Destaca-se que muitas das obras apenas traziam as palavras soltas no seu resumo ou citavam o termo sem discorrerem ou trabalharem o mesmo.

4.1 A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NO UNIVERSO DAS PRODUÇÕES EM EDUCAÇÃO EM SAÚDE, EDUCAÇÃO CONTINUADA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE PÚBLICA.

De posse do material que realmente discorre sobre EPS, obteve-se um panorama acerca desta temática no contexto da produção científica no âmbito da Educação em Saúde, Educação Continuada e Educação Profissional em Saúde Pública. A tabela abaixo, apresenta os dados obtidos.

Tabela 4: resultado da busca por produções teóricas listadas na base de dados Lilacs dentro dos descritores Educação em Saúde, Educação Continuada e Educação Profissional em Saúde Pública e resultado das produções sobre Educação Permanente em Saúde (por descritor) obtidas após leitura dos resumos.

Fonte	Educação em Saúde		Educação Continuada		Educação Profissional em Saúde Pública	
	Total de produções	Produções sobre EPS	Total de produções	Produções sobre EPS	Total de produções encontradas	Produções sobre EPS
Lilacs	4.240	47	549	26	39	03

Fonte: Lilacs

Observa-se que os trabalhos sobre EPS representam 1,10% do total existente no descritor Educação em Saúde; 4,73% no descritor Educação Continuada e 7,69% no descritor Educação Profissional em Saúde Pública.

A tabela abaixo apresenta os resultados da busca por produções sobre Educação em Saúde na base Scielo e resultados das produções sobre EPS identificadas após leitura de resumos.

Tabela 5: resultado da busca por produções listadas na base de dados Scielo através das palavras-chave educação em saúde e resultado da produção sobre educação permanente em saúde obtido após leitura dos resumos

Fonte	Educação em Saúde	Educação Permanente Saúde
Scielo	854	48

Fonte: Scielo

Ao dispor do número de trabalhos sobre EPS que constam na base Scielo, sentiu-se falta de uma referência para fins de dimensionamento. Realizou-se, então, uma busca na base pelas palavras-chave “educação em saúde”. O uso desta estratégia objetivou a obtenção de uma referência para analisar a situação da produção sobre educação permanente em saúde.

Observa-se que o número de ocorrências para EPS é cerca de 13 vezes menor em relação ao número resultante para educação em saúde. Embora não seja possível determinar o quanto o primeiro resultado representa no universo da educação em saúde – a exemplo do obtido na base Lilacs -, observa-se uma grande discrepância entre ambos.

Os resultados observados nas tabelas mostram que há pouca produção sobre EPS em relação a quantidade expressiva de referências listadas nos descritores pesquisados, principalmente, dentro da educação em saúde e educação continuada. Este cenário já se acenava durante o percurso metodológico, quando se constatou a inexistência do descritor educação permanente em saúde.

Para compreensão dos dados é relevante considerar que as áreas da educação continuada e educação em saúde são exploradas há bastante tempo. Historicamente as propostas de qualificação e formação dos trabalhadores para a área da saúde estiveram vinculadas ao modelo da educação continuada. Também há que se considerar que a proposta da EPS, com o significado e o delineamento que possui hoje, é recente.

No intuito de visualizar as perspectivas a partir das quais as produções tratam a Educação Permanente em Saúde, construiu-se categorias temáticas. Até então, as

o trabalho realizou-se por descritores e para a próxima fase agregou-se todos os trabalhos presentes nas duas bases de dados. Utilizou-se 101 produções encontradas nas duas bases de dados. Chegou-se a este número após exclusão de artigos repetidos entre os descritores e bases de dados, bem como os títulos sem resumo disponível. As tabelas abaixo mostram os trabalhos considerados válidos para esta fase.

Tabela 6: produções sobre EPS na base Lilacs, dentro dos descritores: educação em saúde, educação continuada e educação profissional em saúde pública e produções válidas para a fase de categorização.

Fonte	Descritor: Educação em Saúde		Descritor: Educação Continuada		Descritor: Ed. Prof. Saúde Pública	
	Produções sobre EPS	Produções válidas	Produções sobre EPS	Produções válidas	Produções sobre EPS	Produções válidas
Lilacs	48	47	26	17	03	01

Fonte: Lilacs.

Dos 48 materiais encontrados no descritor educação em saúde, um foi excluído nesta fase, por não disponibilizar resumo e artigo na internet, inviabilizando a análise quanto ao ponto de vista temático sobre EPS. Já no descritor educação continuada, das 26 referências, para esta análise foram válidos 17, os outros 09 foram excluídos por se repetirem no descritor educação em saúde. No descritor educação profissional em saúde pública, foram excluídas 02, por se repetirem em outros descritores.

Tabela 7: produções sobre EPS na base Scielo e produções válidas para a fase de categorização

Fonte	Palavras: Educação Permanente Saúde	
	Produções sobre EPS	Produções válidas
Scielo	48	36

Fonte: Scielo.

Já nesta base, das 48 referências, foram válidas 36 para fins de categorização. As 12 exclusões se deram por repetição nos descritores acima referidos da base Lilacs.

4.2 OS TEMAS ABORDADOS EM EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

Os 101 artigos encontrados foram categorizados conforme seis categorias, construídas, a partir de várias leituras dos resumos, de forma indutiva. São elas: implementação da política, descrição de dispositivos, formulação da política, explanação do conceito, demanda por processos formativos em EPS, avaliação de processos de EPS e outros. Seguem os resultados:

Tabela 8: Categorias Temáticas

Categoria	Nº. Produções	%
Demanda por Processos Formativos em EPS	34	33,66
Descrição de Dispositivos de EPS	27	26,73
Implementação da Política de EPS	21	20,79
Conceito EPS	10	9,90
Avaliação de Processos de EPS	4	3,96

Formulação da Política de EPS	3	2,97
Outros	2	1,98
Total	101	100,00

Fonte: Lilacs e Scielo.

Dos 101 trabalhos encontrados nas bases de dados, 34 foram classificados sob a categoria demandas de processos formativos em EPS. Nesta, encontram-se produções que identificam necessidades regionais ou locais para implementação de EPS, que justificam sua relevância, apontam sua necessidade, destacam sua importância frente a cenários explicitados e demandas levantadas. Representa mais de um terço da publicação sobre o assunto.

A categoria descrição de dispositivos reúne trabalhos que trazem relatos de atividades de EPS, formas de se fazer EPS, cursos, programas, projetos que tem a EPS como base ou fazem referência ao seu uso. É a segunda categoria temática mais frequente nas produções sobre EPS, com 27 trabalhos, representando 26,76%.

Foram identificados 21 trabalhos que tratam da Educação Permanente em Saúde na perspectiva da implementação da política. Esta categoria agrega artigos que falam de experiências e análises sobre a implementação da Política de Educação Permanente em saúde em âmbito federal, estadual, municipal ou local. Consta-se que 20,79% da produção sobre o assunto discorre sob esta perspectiva.

Encontrou-se 10 trabalhos, ou 9,90% da produção, sob a perspectiva conceitual da EPS. A categoria conceito agrupa os trabalhos que abordam as bases conceituais da Educação Permanente em Saúde, que buscam o esclarecimento do conceito e sua diferenciação em relação a outros conceitos como educação continuada.

Na categoria avaliação, estão os artigos que buscam avaliar os processos em EPS. Identificou-se 4 trabalhos, ou 3,96%, dos trabalhos nesta perspectiva. Considerando que a PNEPS é recente, sua implementação está em processo e que a avaliação, em geral, é um processo posterior à execução de uma ação ou projeto,

pouca produção sobre avaliação da EPS possivelmente está associada a este contexto.

Encontrou-se 03 trabalhos com esta temática, ou seja, 2,97%, dentro da categoria formulação da política de EPS. Nesta estão produções que tratam dos marcos norteadores, princípios, diretrizes, trajetórias, linhas de ação que constituíram sua formulação.

A categoria outros reuniu trabalhos que trazem outras perspectivas que não se identificavam plenamente com as categorias acima, representando 1,96 da totalidade de trabalhos utilizados neste estudo.

Ainda na ótica das temáticas pelas quais a EPS tem sido produzida, entende-se relevante apontar as produções que versam sobre experiências de EPS relacionadas, conforme segue as tabela abaixo:

Tabela 9: produções sobre educação permanente em saúde e produções que abordam experiências de educação permanente.

Produções sobre Educação Permanente em Saúde	Produções sobre experiências de Educação Permanente em Saúde	%
101	20	19,80%

Fonte: Lilacs e Scielo.

Observa-se que, dentre os 101 trabalhos sobre Educação Permanente em Saúde, 20 abordam experiências, representando 19,80%. Distinguir artigos que abordam experiências de EPS configura-se como algo difícil, à medida que o conceito é amplamente utilizado para designar diversas atividades no âmbito de educação de profissionais de saúde. Poder-se-ia considerar várias produções como formas de experiências em EPS, entretanto, elegeram-se como critérios experiências que partem do trabalho como objeto de EP e vislumbrem transformação das práticas, elementos essenciais da EPS.

Observa-se uma importante produção sobre experiências no âmbito dos trabalhos sobre o assunto. Entende-se que relatos de experiência são de grande relevância para futuros estudos acerca de como as atividades de EPS estão sendo realizadas, bem como para balizarem, ou servirem de parâmetro para futuras iniciativas.

4.3 OS VEÍCULOS DE PUBLICAÇÃO

Seguindo no caminho de descobertas acerca da produção sobre o assunto estudado, entendeu-se relevante a busca pelas fontes ou veículos que publicam estes trabalhos. A tabela abaixo lista as fontes encontradas.

Tabela 10: Veículos de publicação das produções sobre Educação Permanente em Saúde e número de trabalhos encontrados.

FONTE / VEÍCULO	N.º	%
Monografias de conclusão de cursos de pós-graduação	14	13,86%
Ministério da Saúde	11	10,89%
Revista Interface: comunicação, saúde, educação	09	8,91%
Revista Baiana de Saúde Pública	09	8,91%
Revista Divulgação em Saúde para Debate - Centro Brasileiro de Estudos de Saúde	07	6,93%
Revista Ciência e Saúde Coletiva – Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva	05	4,95%
Revista Brasileira de Enfermagem – Associação Brasileira de Enfermagem	05	4,95%
Revista Texto e Contexto Enfermagem – Programa de Pós-graduação em enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina	05	4,95%
Physis: Revista de Saúde Coletiva (Instituto de Medicina Social da UERJ)	05	4,95%

Revista Brasileira de Educação Médica – Associação Brasileira de Educação Médica	05	4,95%
Revista da Escola de Enfermagem da USP	04	3,96%
Revista Brasileira de Cancerologia (INCA)	02	1,98%
Periódico Trabalho Educação e Saúde – Escola Politécnica Joaquim Venâncio (FIOCRUZ)	02	1,98%
Revista O Mundo da Saúde – Centro Universitário São Camillo	02	1,98%
Cadernos de Saúde Pública – ENSP Sérgio Arouca	02	1,98%
Revista Latino-americana de enfermagem da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – USP	02	1,98%
Revista Saúde e Sociedade – Faculdade de Saúde Pública da USP e Associação Paulista de Saúde Pública	02	1,98%
Revista Saúde em Debate – Centro Brasileiro de Estudos de Saúde	01	0,99%
Revista Espaço para Saúde (on line) – Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva do Paraná	01	0,99%
Revista Ciência, cuidado e saúde – Univesidade Estadual de Maringá	01	0,99%
Comunicação em Ciências da Saúde – Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde	01	0,99%
Revista Salut Coletiva – Universidad Nacional de Lanus	01	0,99%
Revista Arquivos de Ciências da Saúde	01	0,99%
Arquivos Catarinenses de Medicina – Associação Catarinense de Medicina	01	0,99%
Paidéia (Ribeirão Preto)	01	0,99%
Revista Brasileira de Terapia Intensiva – Associação de Medicina Intensiva Brasileira	01	0,99%
Revista Brasileira de Saúde Materno-infantil	01	0,99%
TOTAL	101	100,00%

Fonte: Lilacs e Scielo.

Sobre os veículos de publicação, observa-se que são muitas e que os trabalhos estão distribuídos entre 27 fontes. Dentre estas, 13,86% são trabalhos de

conclusão de cursos de Pós-graduação das seguintes instituições: da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Enfermagem da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul e Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas. As publicações do Ministério da Saúde somam 10,89%.

As revistas nas quais se encontrou mais trabalhos publicados sobre EPS foram: Revista Interface: comunicação, saúde, educação e Revista Baiana de Saúde Pública, ambas com 09 trabalhos em cada. Em seguida vem a Revista Divulgação em Saúde para Debate – do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde -, com 7 artigos.

Depois, com 4 publicações em cada, aparecem as revistas: Revista Ciência e Saúde Coletiva – da Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva -, Revista Brasileira de Enfermagem – da Associação Brasileira de Enfermagem-, Revista Texto e Contexto Enfermagem – Programa de Pós-graduação em enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina -, Physis - Revista de Saúde Coletiva (Instituto de Medicina Social da UERJ) e Revista Brasileira de Educação Médica – Associação Brasileira de Educação Médica. A Revista da Escola de Enfermagem da USP publicou 4 artigos. Constatou-se que as 10 primeiras revistas citadas agrupam 53,46% dos trabalhos sobre EPS encontrados neste estudo. Os outros 21,79% estão distribuídos em 15 revistas, descritas na tabela acima.

4.4 A PRODUÇÃO SOBRE EPS AO LONGO DO TEMPO

A fim de acompanhar como a produção sobre EPS tem se desenvolvido ao longo do tempo, é relevante atentar para os resultados explicitados na tabela que segue:

Tabela 11: Distribuição do produção sobre EPS ao longo do tempo

ANO DE PUBLICAÇÃO	N.º
2010	1
2009	31
2008	9
2007	21
2006	14
2005	13
2004	3
2003	0
2002	2
2001	1
2000	3
1997	1
1996	1
1990	1

Observa-se que entre os anos 1990 e 2004, ocorreram poucas publicações sobre o tema, a produção neste período de 14 anos representa 11,88% do material encontrado neste estudo. A maior parte da produção científica sobre educação permanente na área da saúde, cerca de 88%, ocorreu nos últimos 5 anos, sendo que há grande concentração nos anos compreendidos entre 2005 e 2009. Ressalta-se que em 2009 houve grande número de publicações, representando 30,69%.

É curioso identificar que em 2003, ano onde ocorreu a pactuação da proposta na Comissão Intergestores Tripartite, a aprovação da “Política Nacional para Formação e Desenvolvimento para o SUS: caminhos para a Educação Permanente” no Conselho Nacional de Saúde e sua legitimação na XII Conferência Nacional de

Saúde, não há ocorrência de publicações sobre o tema. Em 2004, ano da publicação da portaria que instituiu a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, há 3 publicações. Contudo, houve um movimento crescente, constando um salto de produções a partir de 2005.

A preocupação com a formação de profissionais para a saúde pública esteve presente em várias conferências de saúde e temáticas da área no Brasil desde 1967, ainda que com uma compreensão mais direcionada para a modalidade educação continuada. Apenas no ano de 2003, com a criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na saúde no âmbito do Ministério da Saúde, a proposta concretiza-se, contemplando o que já vinha sendo apontado há muitos anos.

Entende-se que, o aumento de publicações sobre o tema nos últimos 5 anos, é impulsionada pela sua priorização na agenda política do país, bem como do amadurecimento acerca do assunto, conseqüências da publicação da política de educação permanente em saúde.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final deste trabalho entende-se relevante resgatar seu início, mais especificamente no que tange ao entendimento de educação permanente. Sua compreensão enquanto modalidade ideologizada, despolitizadora e à serviço do capital se aplica no âmbito do mercado de atividades lucrativas, entretanto, não procede quando se fala em seu uso no desenvolvimento dos trabalhadores do SUS. Ao contrário, ao invés de despolitizar, amplia possibilidades para o desenvolvimento da crítica, da mobilização e do protagonismo dos trabalhadores da saúde.

Entende-se enquanto uma modalidade necessária no campo da saúde pública para que a atenção prestada aos usuários se qualifique e atenda suas reais necessidades. Considera-se que a EPS tem um potencial transformador e revolucionário ao acenar com a possibilidade de transformação nas estruturas de poder, marcadamente hierárquicas pela divisão social e técnica do trabalho (separa concepção de execução), e no modelo de atenção pautado pelo biologicismo, tecnicismo e centrado na doença e no médico.

Os resultados deste estudo indicam que há um longo caminho a ser construído para a consolidação da Educação Permanente em Saúde como modelo para formação e qualificação dos trabalhadores do SUS. Contudo, aponta para um território que tem muito a ser explorado ainda.

Como primeiro resultado, obtido ainda na fase preliminar do estudo, aparece a inexistência do descritor educação permanente, o que se configurou em indicativo de incipiência de produções neste campo. Os resultados apontam que há pouca produção sobre EPS quando se compara ao universo da educação em saúde e da educação continuada. Obviamente há que se relativizar esta constatação mediante o fator tempo, já que estes campos são explorados há longa data. Aliado a isto, deve-se atentar para a recente disseminação da Educação Permanente em Saúde, da forma como é entendida atualmente.

Foi possível perceber que a maioria das produções refere-se a necessidades e demandas de processos formativos em EPS: são levantamentos, pesquisas, análises ou apenas explicitação da importância desta modalidade, de realidades nas quais se identificam necessidades de atividades de EPS ou a vislumbram como uma alternativa para superação de problemas em contextos variados no âmbito do SUS.

Constata-se, também, uma importante produção sobre a descrição de dispositivos, relevante tema para disseminar as possibilidades, formas de se construir processos de EPS, estimulando à inventividade e criatividade, propiciadas nesta modalidade. Contribuindo, também, neste sentido, percebe-se que grande parte da produção tem como temática a implementação da política de EPS, revelando o momento histórico atual, no qual a política se espalha pelo país e diversas iniciativas de construção de processos de educação permanente estão ocorrendo.

Combinado a este resultado, encontra-se pouca produção sobre avaliação de EPS, provavelmente pela sua recente implantação. Entretanto, aponta-se para a importância de pesquisas nesta perspectiva, a fim de subsidiar correção de equívocos, bem como estimular novas iniciativas. Ainda, é interessante registrar que 20% das produções abordam relatos de experiências sobre educação permanente.

Acerca dos veículos de divulgação das produções, constata-se que muitas fontes referem-se a trabalhos de conclusão de cursos de pós-graduação, materiais do Ministério da Saúde e diversas revistas. Há uma diluição em diversas revistas, o que parece positivo, sinalizando o livre trânsito e a importância que o assunto tem, bem como a abertura dos veículos para acolhida e disseminação do tema.

Sobre o período de concentração das produções, constatou-se um aumento nos últimos 5 anos, sendo que há concentração no período compreendido entre 2005 e 2009. Tal resultado retrata o amadurecimento e disseminação do conceito, bem como sua priorização na agenda política do país neste período, conseqüências da publicação da política de educação permanente em saúde, no ano de 2004.

Ainda, é possível notar a presença do assunto em todos os níveis de atenção do SUS, há trabalhos que se referem ao contexto da atenção primária à saúde, hospitalar, dos serviços especializados e serviços de urgência. Embora não tenha

sido sistematizada no corpo do trabalho esta informação, considera-se relevante fazer referência a esta constatação observada nas leituras dos resumos e trabalhos.

Por fim, considera-se que, a despeito dos limites deste estudo, os resultados são significativos e apontam para a existência de espaço para a produção de mais trabalhos, bem como as lacunas a serem preenchidas e contempladas quando da escolha do tema. Ressalta-se a importância de produções sobre a Educação Permanente em Saúde no país, a fim de modificar as práticas, romper com o trabalho alienado – onde o trabalhador não se enxerga naquilo que faz e produz – e qualificar a assistência em saúde. Entende-se que a EPS constitui-se em necessária estratégia no caminho da efetivação do SUS e das propostas do movimento de Reforma Sanitária no seu seio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria n. 198, de 13 fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n.32, 2004.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. **BVS**. Disponível em: <<http://regional.bvsalud.org/php/index.php>>. Acesso em: 01 jun.2010.

CECCIM, Ricardo Burg. **Educação Permanente em Saúde**: descentralização e disseminação da capacidade pedagógica na saúde. Revista Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2005, v.10, n.4, p. 975-986.

CECCIM, Ricardo Burg; FERLA, Alcindo. **Educação Permanente**. In: Estágio de Vivência no SUS: o cotidiano do SUS enquanto Princípio Educativo. Salvador, 2009, p.70 – 75.

FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ. **Análise da Política de Educação Permanente em Saúde**: um estudo exploratório de projetos aprovados. Relatório Final. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.observeRH.org.br/observeRH/repertorio/Repertorio_ObserveRH/EPSJV-FIOCRUZ/Analise_politica_edu_permanente.pdf>. Acesso em:03 jun.2010.

LITERATURA LATINO AMERICANA E DO CARIBE EM CIÊNCIAS DA SAÚDE. **Lilacs**. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&base=LILACS&lang=i&form=F>>. Acesso em 01jun. 2010.

LOPES, Sara Regina Souto et al. **Potencialidades da educação permanente para a transformação das práticas de saúde**. Revista Comunicação em Ciências da Saúde, Brasília, v18, abr/jun 2007, p.147-155.

MASSAROLI, Aline; SAUPE, Rosita. **Distinção Conceitual: Educação Permanente e Educação Continuada no Processo de Trabalho em Saúde**. Disponível em:<<http://www.abennacional.org.br/2SITE/Arquivos/N.045.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2010.

SCIENTIFIC ELETRONIC LIBRARY ONLINE. **Scielo**. Disponível em: <http://scielo.br>. Acesso em: 01 jun.2010.

SMAHA, Índia Nara; CARLOTO, Cássia Maria. **Educação Permanente: da pedagogia para a saúde**. Disponível em:<http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/india_nara_smaha_cassia_maria_carloto_educacao_permanente_da_pedagogia_para_a_saude.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2010.